



O imunizante produzido pela chinesa Sinovac, com o Instituto Butantan, tinha sido ignorado na primeira versão anunciada pelo Ministério da Saúde. Em nova mudança no calendário, Pazuello estima para fevereiro a aplicação de doses de vacinas que venham a ser aprovadas

CoronaVac entra no plano de vacinação

» BRUNA LIMA
» MARIA EDUARDA CARDIM
» SARAH TEÓFILO

Se definir data exata para iniciar a imunização contra o novo coronavírus, o governo federal estima que, se cumpridas as previsões de envio de documentações por parte dos desenvolvedores das vacinas para obtenção de registro, as primeiras doses começarão a ser aplicadas em fevereiro. O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, já havia dado previsão, também, para janeiro e para março. Ontem, na apresentação do novo Plano Nacional de Operacionalização contra a Covid-19, a CoronaVac — imunizante produzido pela empresa chinesa Sinovac e pelo Instituto Butantan, em São Paulo — foi incluída na lista da “adesão do Brasil às vacinas”. Na primeira versão do plano, o produto foi ignorado, em meio à briga política entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador do estado, João Doria.

“Nunca deixamos de ter um memorando de entendimento com o Butantan. Ele foi assinado e mantido vivo desde então, desde outubro. O que nós aguardamos é o registro da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), justificou Pazuello, na cerimônia, no Planalto, que teve a participação do presidente Jair Bolsonaro (leia matéria na página ao lado).

De acordo com o secretário de Vigilância em Saúde, Arnaldo Medeiros, o governo assinou um memorando de entendimento com algumas produtoras de vacinas, como o Butantan. A lista de imunizantes que o governo tem algum tipo de acordo ou um me-

Isac Nóbrega/PR



Pazuello e Bolsonaro na cerimônia de lançamento do plano: ministro diz que termo de consentimento só será exigido em caso de uso emergencial de vacina



CORONA VÍRUS

morando de entendimento inclui, também, o mecanismo Covax Facility e os da Oxford/Astrazeneca, Pfizer, Bharat Biotech, Moderna e Janssen. “Para todos eles, a depender do seu cronograma de entrega, da eficácia e da segurança, este país vai

comprar vacinas para garantir a imunidade da população”, disse.

Pazuello ressaltou que diferentes caminhos de compra foram o motivo de distintas indicações em relação às candidatas. “Com a Fiocruz e a AstraZeneca, nós utilizamos a transferência de tecnologia. Com o Butantan, nós

sinalizamos a compra”, afirmou.

A previsão do Ministério da Saúde, caso o Butantan e a Fiocruz cumpram com a estimativa de enviar dossiê completo de documentação ainda em dezembro, é de que a Anvisa tenha o mês de janeiro para concluir o registro e, assim, possibilite à pasta comprar as doses em meados de fevereiro para, então, iniciar a campanha. O plano estima, no entanto, que os “grupos de maior risco para agravamento e de maior exposição ao vírus estariam vacinados ainda no primeiro semestre de 2021”.

Neste novo plano, foram incluídos mais grupos para receber as doses com antecedência (veja quadro na página ao lado). Está

fora do planejamento atingir uma imunização em massa ainda no primeiro semestre de 2021. Por isso, diminuir a transmissão acaba sendo um objetivo secundário ao plano divulgado ontem. Isso porque, considerando que a transmissibilidade da covid-19 está em torno de 2,5 a 3, é necessário que cerca de 60% a 70% da população se imunizem para interromper a circulação do vírus.

Emergencial

Em caso de solicitação do uso emergencial de vacina, a aplicação será considerada à parte da campanha, como frisou Pazuello. “A autorização de uso emergencial não é uma campanha de va-

cinação”, destacou. Em caso de uso emergencial, o cidadão precisaria assinar um termo de consentimento, instrumento que o informa de que está se submetendo a um tratamento experimental. “Não vai ser exigido termo algum nos postos de vacinação para nenhum brasileiro quando nós disponibilizarmos as vacinas registradas, seguras e garantidas pela Anvisa”, esclareceu Pazuello.

Diante disso, o governo insiste em dizer que só há como definir uma data de início da campanha após o registro de vacina. “Quando a vacina for registrada e recebida, a partir daí, em cinco dias, iniciamos a distribuição nos estados. Isso é muito rápido, e tudo está pronto”, assegurou.

70 mil casos em 24 horas

» MARIA EDUARDA CARDIM
» THAYS MARTINS

O Brasil confirmou, pela primeira vez desde o início da pandemia, mais de 70 mil infecções pelo novo coronavírus em um único dia. De acordo com o balanço do Ministério da Saúde, foram registrados 70.574 diagnósticos positivos nas últimas 24 horas. Com o acréscimo, o país ultrapassou a marca de 7 milhões de infectados desde o início da pandemia. Ao todo, 7.040.608 já testaram positivo.

Nem mesmo em julho, considerado o pico da curva da covid-19 no Brasil, o país registrou uma atualização diária tão alta de casos. O número mais elevado tinha sido em 29 de julho, com 69.074 infecções confirmadas.

Após observar uma queda da curva de casos e mortes, o país vê a média diária de infecções e óbitos aumentar desde o início de novembro. De acordo com análise do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, por dia, morrem, em média, 677 pessoas, e há acréscimo diário de 44.594 casos.

A marca de 7 milhões de diagnósticos positivos só foi atingida pelos Estados Unidos, que já somam mais de 16 milhões de casos, e pela Índia, que se aproxima de 10 milhões de testes positivos.

O patamar de mortes também tem subido. Pelo segundo dia seguido, o Brasil registrou mais de 900 mortes em 24h. Segundo o Ministério da Saúde, foram 936 óbitos em 24 horas. Marca de atualização diária que não era atingida desde 30 de setembro, quando o país contabilizou 1.031 óbitos em 24 horas. Ao todo, o país tem 183.735 vidas perdidas para o vírus.

Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



MDB quer dar as cartas

O velho MDB quer o comando do Congresso. Em decisão salomônica, seus senadores decidiram lançar candidato próprio à sucessão de Davi Alcolumbre na Presidência do Senado e definiram o critério para escolha do nome que unificará o partido, que tem quatro pré-candidatos: o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (PE); o líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (TO); o líder da bancada, Eduardo Braga (AM); e a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Simone Tebet (MT). Será aquele que trazer mais votos. Velhos caciques, Renan Calheiros (AL) e Jader Barbalho (PA) atuam nos bastidores para que o nome seja Bezerra. A maioria dos senadores do MDB é governista de primeira hora.

O protagonismo de Davi Alcolumbre (DEM-AP) na Presidência da Casa está em ocaso, que pode ser maior do que se imagina, caso o irmão dele seja derrotado, neste fim de semana, na disputa pela Prefeitura de Macapá. Josiel Alcolumbre é candidato à reeleição, mas sua estrela foi eclipsada pelo apagão no Amapá, que durou três semanas. A oposição se unificou

em torno da candidatura de Dr. Furlan (Cidadania), que chegou ao segundo turno. O prestígio de Alcolumbre no comando do Senado era resultado de um movimento pendular: o primeiro, à esquerda, garantiu a sua própria eleição, contra Renan Calheiros, com apoio do grupo Muda Senado, na onda do tsunami eleitoral de 2018; o segundo, à direita, possibilitou a aproximação com a ala da bancada do MDB que queria apoiar o governo.

Dono das pautas do Senado e do Congresso, hábil nas negociações de cargos e avesso às grandes polêmicas, Alcolumbre foi um boa-praça no comando da Casa, a ponto de sua reeleição ter sido desejada pela maioria dos senadores. O problema é que faltou combinar a recondução com o Supremo Tribunal Federal (STF), que a vetou, na mesma legislatura, como determina a Constituição de 1988. Aliado do governo, não deixa de ser um interlocutor importante na própria sucessão, mas não recebeu o apoio que esperava do presidente Jair Bolsonaro para indicar o senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como seu sucessor, num “dedazo”. Dificilmente,

portanto, o DEM terá condições de manter o comando do Senado.

Unido ao PL, o DEM forma um bloco com oito senadores, muito pouco para enfrentar as velhas raposas do MDB, cuja bancada tem 13 senadores. Unidos ao PP do senador Ciro Nogueira (PI), somam 23 senadores num só bloco parlamentar. O PSDB forma um bloco de 10 senadores com o PSL, porém, com a desistência do senador Tasso Jereissati (CE), anunciada ontem, também não terá candidato. Outro possível candidato, o senador Antônio Anastasia (PSD-MG) desistiu da candidatura; pleiteia o comando da poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pode ser que Nelsinho Trad (MS) mantenha a candidatura pelo PSD, mas a tendência da legenda é buscar um bom acordo com o MDB.

É muito provável que surja um candidato da oposição à Presidência do Sena-

“A linha divisória entre governo e oposição, no Senado, é sinuosa, por causa da relação dos governadores com o governo federal, que funciona na base da conciliação”

do, mas essa articulação passa pelo PT, que forma um bloco com o Pros, de nove senadores, e o Podemos, com 10. O bloco independente, integrado por Cidadania, Rede, PSB e um dissidente do PDT, com nove deputados, defende uma candidatura de renovação, na linha do movimento Muda Senado, mesmo que apenas para marcar posição. A linha divisória entre governo e oposição no Senado é sinuosa, por causa da relação dos governadores com o governo federal, que funciona na base da velha política de conciliação. Por isso, um governista que dialogue bem com a esquerda e seja bom negociador tem mais chances de ser eleito.

Câmara

A vida não está fácil para ninguém na Câmara, nem mesmo para o líder do PP,

Arthur Lira (AL), candidato do Centrão, que se apresenta como favorito na disputa, em razão de contar com o apoio de um bloco de, aproximadamente, 170 deputados. Ontem, ganharam força as articulações para que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina (DEM-MS), se lance candidata, com forte apoio da bancada do agronegócio. Seu nome unificaria a bancada do DEM, em trânsito na oposição e agrada aos setores governistas que não gostam do estilo de negociação de Lira, comparado com o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ).

O atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vem subindo o tom contra o presidente Jair Bolsonaro por causa da interferência do Palácio do Planalto na disputa pelo comando da Casa. Entretanto, enfrenta dificuldades para unificar seu grupo e costurar uma aliança com a esquerda. O nome mais forte do grupo ainda é o líder do MDB, Baleia Rossi (SP), que sofre muitas restrições do PT. Outro problema de Maia é a cobrança que sofre dos correligionários, inclusive do presidente da legenda, o prefeito de Salvador, ACM Neto, por não ter articulado uma candidatura de seu próprio partido, que agora se mobiliza para viabilizar a candidatura de Tereza Cristina.